

A DERROTA APÓS A VITÓRIA: A MEMÓRIA MILITAR SOBRE MÉDICI E A DITADURA

Por *Janaina Martins Cordeiro*[i]

Na curta história republicana deste país, talvez não haja trajetória presidencial como a do General Emílio Garrastazu Médici. Quando seu nome foi lançado para a sucessão de Costa e Silva, era um ilustre desconhecido do grande público. Entre os militares dos Altos Comandos, no entanto, tornou-se rapidamente um dos favoritos.

Naquele momento, o regime vivia uma de suas crises mais agudas, tanto do ponto de vista político e econômico, como também militar. Médici foi visto por seus pares como alguém capaz de contornar a situação de crise que a ditadura vivia desde 1968, agravada no segundo semestre de 1969 pela repentina doença de Costa e Silva, o impedimento do vice-presidente civil Pedro Aleixo e a captura do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil por grupos de oposição armada.

Em seu depoimento para o CPDOC/FGV, o ex-presidente Ernesto Geisel explica a opção pelo nome de Médici naquela conturbada conjuntura:

Era benquisto [entre os militares], como já disse, não era radical e tinha a vantagem de ser amigo do Costa e Silva. Não iriam escolher alguém que tivesse sido hostil ao Costa e Silva (D'Araújo & Castro, 1997, p.211).

Os relatórios produzidos pela diplomacia norte-americana no Brasil, no entanto, indicavam outra forte razão, para além da proximidade entre Médici e Costa e Silva, para que ele tivesse sido indicado e, posteriormente, escolhido presidente:

No passado, Médici criticou a paciência de Costa e Silva diante das manifestações anti-governo e, em dezembro de 1968, ele apoiou fortemente a criação do Ato Institucional nº5 (...) Apesar de Médici não se identificar como parte da chamada linha-dura do Exército, sua defesa, no passado, da adoção de medidas políticas restritivas indica que ele será, possivelmente, menos tolerante que Costa e Silva com a oposição radical[ii].

Desse ponto de vista, o General Médici aparecia naquele momento, para as Forças Armadas e para as forças políticas e sociais que sustentavam o regime, como o nome ideal para contornar a grave situação que o regime vivia: “benquisto” nas Forças Armadas, amigo de Costa e Silva, era naturalmente o homem ideal para acalmar os ânimos na caserna, continuar, sob determinados aspectos, a política de Costa e Silva e avançar com relação ao governo anterior nas mudanças econômicas, mas principalmente, no que tangia à caça aos inimigos do regime. Segundo seu sucessor, Ernesto Geisel, um “homem de bem”, “simpático” (D’Araújo & Castro, 1997, p.214) e, ao mesmo tempo, forte, disposto a enfrentar a “oposição radical”. Ainda segundo o Presidente Geisel, “naquela situação, naquela emergência, foi a melhor escolha” (D’Araújo & Castro, 1997, p.214).

E foi assim, como quem assume uma “situação de emergência”, que Médici assumiu a presidência do Brasil em 30 de outubro de 1969. De acordo com seu filho Roberto Médici, aceitou o cargo como uma “missão que seus companheiros de farda, em uma hora difícil para a corporação e para a Pátria, pediram-lhe que cumprisse” (Médici, 1995, p.27).

O novo presidente cedo impressionou os observadores mais diversos. Chamava atenção sua postura de homem forte, à altura da grave situação em que o país se encontrava. Antes mesmo de ser “ungido” presidente, quando ainda era apenas o candidato dos Altos Comandos das Forças Armadas, sua figura já impressionava. A reportagem da revista Veja dizia:

Diante das câmaras de televisão, o estreante Emílio Garrastazu Médici mostrou algumas qualidades. Sua voz impressiona bem: é forte, é solene, excelente para os papéis principais. Sua aparência é grave, descansada e ereta, tem o tamanho e o porte certo para esses papéis (a beleza, aliás, não seria indispensável: em desempenhos semelhantes, o mundo já conheceu figuras esteticamente bizarras) (Veja, 15/10/1969, p.18).

No mesmo sentido ia a apreciação de sua figura feita pelo Cônsul norte-americano em Porto Alegre:

O General Médici é alto, para um brasileiro (...) e possui uma figura marcante, muito bem para os seus 63 anos (...) Seus movimentos são lentos e deliberados, sem parecerem pesados. O rosto do General poderia constituir um desafio para um escultor, começando pelas amplas sobrelhas, que

destacam seu olhar lúgubre (...) Sua principal característica é a taciturnidade (...) Ele nunca usa duas palavras onde uma é suficiente e prefere não usar nenhuma, sempre que possível. (...) Por causa de sua altura, silêncio e, frequentemente, seu porte imperial, o General, às vezes oprime aqueles à sua volta, mesmo sem querer. Ele próprio é uma pessoa bastante informal, com um controlado, mas saudável senso de humor[iii].

Nelson Rodrigues, assumido admirador do regime e, particularmente do presidente Médici, também se deixou impressionar por sua figura marcante. Em crônica publicada em O Globo, em janeiro de 1970, escreveu:

Quando começou o jogo de candidaturas, disse eu: - ‘Ganha esse, pelo nome e pela cara’. Não é impunemente que um homem se chama Emílio Garrastazu Médici. (...) Depois vi a sua fotografia. Repeti na redação para todo mundo ouvir: - ‘É esse o Presidente’. Ora, numa redação há sempre uns três ou quatro sarcásticos. Um deles me perguntou: - ‘Só pelo nome?’ Respondi: - ‘Pelo nome e pela cara’. Como já disse, a História e a Lenda também exigem uma certa fotogenia. E senti que Emílio Garrastazu Médici tinha um certo perfil de moeda, de cédula, de selo. Organizem uma retrospectiva presidencial e verão que os nossos presidentes são baixos. Getúlio era baixíssimo, embora tivesse um perfil histórico e, digamos assim cesariano. (...) Garrastazu Médici é o nosso primeiro Presidente alto (Rodrigues, 2008, pp.231-2).

O impacto que a figura de Médici – sua aparência física, inclusive – foi capaz de despertar logo que apareceu como candidato e em seguida Presidente, expressava, em certo sentido, os anseios daquela sociedade. Talvez seja o relato do Cônsul norte-americano em Porto Alegre o que melhor tenha traduzido o que viria a conformar as bases da popularidade de Médici e, ao mesmo tempo, o sentido do pacto social conformado ao longo de seu governo: taciturnidade, silêncio, porte imperial, presença forte, opressiva e, ao mesmo tempo, informalidade e controlado senso de humor. Tais características da personalidade do Presidente refletiam, antes de tudo, o binômio que caracterizou os anos Médici: clima de entusiasmado crescimento econômico engendrado pelo Milagre brasileiro e o compromisso firme de combate à subversão.

Para além das primeiras impressões, no entanto, a figura de Médici continuou impressionando ao longo dos anos em que ocupou a Presidência. Durante seu mandato, Médici tornou-se extremamente popular. Pesquisas do IBOPE davam-lhe, em 1972, um índice de aprovação de 90% na cidade de São Paulo[iv], foi, inúmeras vezes, aplaudido

em estádios de futebol, homenageado por músicos populares (Alonso, 2011) e entidades as mais diversas da sociedade civil (Cordeiro, 2012).

Além disso, não se pode deixar de lado o gosto pelo futebol – muitas vezes subestimado, quando não visto como mero instrumento de uma propaganda manipuladora - que transformou Médici, sobretudo quando do tricampeonato brasileiro em 1970, em mais um torcedor, identificado à imensa torcida/nação. Nelson Rodrigues chegou mesmo a afirmar que, depois de Médici, “um homem que não sinta o futebol, não será no Brasil um estadista” (Rodrigues, 2008, p.127). De outra parte, mesmo o jornalista liberal, muitas vezes crítico ao regime, Carlos Castelo Branco em sua primeira coluna após a final da Copa do Mundo, falava da comunhão entre povo e Presidente (Jornal do Brasil, 23/06/1970):

Finda a partida, na euforia da vitória, o General (...) Sabendo que havia populares em atitude de confraternização nos portões do Palácio, mandou abri-los e foi ao encontro de dezenas de desconhecidos, liberto do seu aparelho de segurança, confiante na emoção generosa. Alguém atirou-lhe uma bola, que êle agarrou, pondo-se a brincar como um menino, fazendo embaixada e tirando a bola de letra. (...) A mensagem que êle dirigiu ao povo brasileiro, comemorativa da vitória, acentua a sua identificação com a alma popular, alinhando-se como apenas um dos milhões de torcedores.

Enfim, a euforia nacionalista desencadeada pela conquista esportiva, somada às promessas de grande potência do Milagre, a construção de grandes obras como a Transamazônica ou a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), estendendo direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, transformou Médici em uma figura popular entre determinados, porém expressivos, segmentos da sociedade.

Não obstante, logo após o fim de seu mandato e muito rapidamente, a memória dos anos Médici como sendo o tempo das oportunidades e da crença no Brasil potência foram substituídas pela memória dos anos de chumbo da ditadura. Sua figura, seu perfil de selo e porte imperial, não mais impactavam. Amedrontavam. Constrangiam. Então, ninguém mais queria se lembrar do fascínio e popularidade que outrora o Presidente do período mais duro da ditadura fora capaz de despertar. A sociedade voltava-se, aos poucos, para a construção de um novo pacto social, democrático. Era preciso, pois, pensar o futuro e para isso, redefinir as relações com o passado.

Assim, Médici foi muito rapidamente, à medida em que o país caminhava para a redemocratização, relegado ao silêncio, ao ostracismo. Tentava-se, ainda com certa dificuldade, Tateando o porvir, deixar para trás a ditadura e seus ditadores. Especialmente, dava-se as costas ao General Médici. Era preciso esquecer os anos de chumbo, ou antes, reconstruí-los, enxergando neles exclusivamente a imagem da resistência (Cf.: Aarão Reis, 2004 e Rollemberg, 2006), da sociedade toda, inteira, resistindo como podiam.

Curioso, no entanto, observar como determinados setores das Forças Armadas, eles próprios, colaboraram para aprofundar e consolidar o ostracismo ao qual a sociedade relegara Médici no decorrer do processo de redemocratização. Representativo disto é a história que o ex-Ministro da Educação de Médici, Jarbas Passarinho, relembra no depoimento que concedeu ao projeto História Oral do Exército, sobre 1964:

Um dia, Senador, recebo alguns professores que tinham ido ao Palácio e um deles voltou estarecido, dizendo:

- Eu não estou entendendo.

- O quê?

- Mandaram-me falar com Fulano, cheguei e fui atendido por uma pessoa do Palácio, um oficial que me disse: “Agora sim, temos um estadista no Governo e não um estadista de estádio de futebol, de radinho de pilha”.

O depoimento demonstra bem como se reforçava, cada vez mais rapidamente, um senso comum que opunha Médici como um governante simplório à sofisticação de Geisel. Para além disso, indica, em um sentido mais amplo, as formas a partir das quais o projeto político firmado durante o Governo Geisel se construiu em franca oposição ao anterior. Para os partidários daquele, especialmente dentro das Forças Armadas, o projeto político construído ao longo do Governo Médici mostrava-se uma grande falácia, megalômano e truculento. Sobretudo a partir do momento em que o Milagre começou a apresentar seus primeiros sinais de falência e, particularmente, quando o novo Presidente sentiu as dificuldades no desmonte do aparelho repressivo.

Médici, por sua vez, queixava-se de uma “solidão que o próprio regime lhe impusera” (Scartezini, 1985, p.49). Segundo seu raciocínio e o de sua família, ele teria enfrentado

O período mais adverso para o regime de 64, com a guerrilha rural e urbana, cujo controle permitiu a abertura política posterior, mas que Geisel e Figueiredo assumiram os méritos pela redemocratização sem reconhecer a necessidade da repressão política movida pelo governo anterior (Scartezini, 1985, p.49).

O pressuposto da necessidade da repressão, aliás, é uma constante, não apenas nas raras falas de Médici, mas de outros militares também. De todo modo, o que o ex-Presidente e sua família não perdoavam era o lugar que lhe foi reservado pelos próprios sucessores. Ressentido, recusava-se, no fim de sua vida, a conceder entrevistas e a falar sobre o passado:

Eu sou o arbítrio (...) Quem vai querer conversar com um torturador? (...) Quem quiser conversar com alguém deve procurar eles [Geisel e Figueiredo] que são da abertura (Scartezini, 1985, p.50).

Todavia, na medida em que as batalhas de memória foram se acirrando, os silêncios a respeito das divergências dentro da corporação também foram se impondo. Sob muitos aspectos, a defesa dos anos Médici se confundia com a defesa do próprio regime e, de certa forma, acabou predominando, ainda que com muitas ressalvas. É o caso, por exemplo, das críticas veladas que o ex-Presidente Ernesto Geisel lhe fazia. Ao mesmo tempo em que reconhecia que a escolha de Médici para a presidência constituiu uma “perspectiva de normalização”, inclusive em razão de seu temperamento, afirmava: “Foi um aluno médio, nunca se destacou como estudante, mas era muito bom jogador de futebol” (D’Araújo e Castro, 1997, p.211). Ou então: “É verdade que não era um homem de grandes luzes, também não era um homem de trabalhar muito... ficava nas grandes linhas” (D’Araújo e Castro, 1997, p.214).

Não obstante, tendeu a predominar discursos como o do General Carlos Alberto da Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o governo Médici, no qual enfatizava a participação da sociedade civil no golpe e na ditadura:

Nós não governamos sozinhos. Ninguém governou sozinho. Nenhum general de bota e esporas governou sozinho a nação. Não! Nós tivemos o apoio, a sugestão, a colaboração e a eficiência ou não de excelentes homens civis deste país. De alguns dos melhores.

A evocação da responsabilidade civil passou a ser um lugar comum da memória militar sobre o golpe e a ditadura, sobretudo a partir do momento em que o país dava início à sua longa transição democrática e a sociedade, passava a recusar, no plano da memória, suas relações – diversas, complexas – com o regime. Nesse sentido, não é sem razão que os militares falem, a respeito das batalhas de memória sobre o passado recente em derrota após a vitória[v], para designar o lugar ao qual a ditadura e os militares foram relegados pela Nova República democrática. E, sob este aspecto, a expressão e o raciocínio são especialmente válidos para pensar o caso do governo Médici.

Assim, é comum entre os militares – a rigor e de acordo com João Roberto Martins Filho, trata-se de unanimidade – uma concepção segundo a qual, “uma vez derrotada, a esquerda esforçou-se por vencer, na batalha das letras, aquilo que perdeu no embate das armas” (Martins Filho, 2002, p.180). Dito de outra forma, queixavam-se os militares de terem perdido para as esquerdas as batalhas de memória. Após a vitória no campo militar, a derrota no campo da memória, a qual consagrou, majoritariamente, uma posição de hostilidade à ditadura e seus ditadores, silenciando sobre as complexas relações – nem sempre conflituosas – que se estabeleceram entre ditadura e sociedade.

No exaustivo trabalho de entrevistas que organizaram a respeito da memória militar sobre a repressão, Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro explicam:

É importante observar que muitos militares se queixam justamente de não se ter apresentado uma versão das Forças Armadas sobre a repressão que fosse socialmente acatada como legítima. Se normalmente a história esquecida é a dos vencidos, na questão do combate à guerrilha haveria como que um movimento perceptivo inverso – a história ignorada seria a dos vencedores. Dessa forma, para alguns militares, teria predominado uma situação peculiar em que o vencido tornou-se o “dono” da história. (D’Araújo, Soares e Castro, 1994, p.13)

Mas, por que, colocam os pesquisadores, os militares não se empenharam em construir uma versão própria sobre a repressão? Em que se basearia o pacto de silêncio em torno do assunto nas Forças Armadas? João Roberto Martins Filho explica que a opção pelo silêncio constituído entre as Forças Armadas baseava-se sobretudo na evocação da Lei de Anistia tomada como sinônimo de esquecimento, como um apelo para que a página fosse virada. Sob este aspecto, para os militares, a insistência por parte das esquerdas em retomar o passado constituiria revanchismo, uma espécie de quebra do pacto de esquecimento que a Anistia demandaria.

É interessante, antes de prosseguirmos, fazer uma breve análise a respeito da freqüente associação entre anistia e esquecimento, recorrente não apenas entre as Forças Armadas, mas também entre as esquerdas e diversos segmentos da sociedade, no constante processo de construção e reconstrução de suas memórias, permeadas sempre por silêncios. Assim, se etimologicamente o sentido da palavra anistia está muito próximo ao de amnésia e esquecimento, é importante destacar que, quando nos atemos aos processos sociais, a dinâmica é sempre mais complexa. Desse ponto de vista, é preciso tomar cuidado ao associar esquecimento – neste caso tomado como ausência de memória – às políticas de anistia.

De acordo com Henry Rousso, a anistia aparece em uma “longa tradição republicana e tem como função reconstituir o tecido social e nacional após um conflito interno” (1999, p.111). Sob este aspecto, os processos de anistia devem ser vistos como escolhas políticas, diferindo-se, portanto, do sentido comum do termo esquecimento. Assim, continua Rousso, “o esquecimento político e jurídico de um lado, e a amnésia voluntária de outro não devem ser tomados ao pé da letra”.

No caso da memória militar sobre a repressão, no entanto, a identificação pura e simples entre anistia e esquecimento favoreceu a constituição de um pacto de silêncio sobre o passado, que eles esperavam, teria contrapartida por parte das esquerdas. Todavia, não foi o que aconteceu. Jarbas Passarinho, por exemplo, evocando uma vez mais o esquecimento mútuo, concluía:

Os vencedores pelas armas não pregavam o perdão, que pressupõe arrependimento, mas o esquecimento mútuo, fundamental para a reconciliação, esquecendo as paixões. Ledo engano. Só os vitoriosos esqueceram (Passarinho, 2002. Apud: Martins Filho, 2002, pp.180-1).

Não obstante, diante das inúmeras narrativas constituídas pelas esquerdas a respeito do passado, era preciso colocar-se de alguma forma no debate público, romper o pacto de silêncio, expor o que os militares consideravam a verdade[vi]. Dessa forma, é interessante observar, por exemplo, a conclamação do Coronel Reformado Carlos Brilhante Ustra: “Chega de silêncio! Escrevam. Façamos como eles, mesmo não sendo escritores” (Ustra, 2007, p.566. Apud: Moreira, 2013, p.36).

Assim, é como “vítimas do revanchismo esquerdista” (Moreira, 2013, p.37) que muitos militares se colocam no debate público sobre o passado, reivindicando a construção de uma memória específica, colocando-se como portadores de determinada verdade não raramente, segundo eles, ocultada pelo discurso de esquerda.

É nesse sentido que algumas memórias específicas sobre o governo e a figura de Garrastazu Médici vêm sendo retomadas. O primeiro deles foi o depoimento do filho do ex-presidente, Roberto Médici, concedido aos pesquisadores do CPDOC/FGV, parte do amplo projeto sobre a memória militar sobre 1964, a repressão e a abertura (D’Araújo, Soares e Castro, 1994, 1994a; Soares, D’Araújo e Castro, 1995), publicado, todavia, separadamente das demais entrevistas por iniciativa do próprio Roberto Médici (1995). Mais recentemente, em 2011, foi publicado pelo Grupo Inconfidência o livro do General de Divisão Agnaldo Del Nero Augusto, intitulado Médici, a verdadeira história.

Em comum, ambos buscam uma recuperação da memória positiva sobre os anos Médici, baseando-se sobretudo na recuperação dos números do Milagre e na reafirmação da vitória sobre a subversão. Mais que isso, partem de uma premissa básica, da qual Médici já se ressentia nos últimos anos de sua vida: a de que ele seria um injustiçado (Scartezini, 1985, p.25). Pretendem, assim, fazer-lhe justiça.

O livro do General Del Nero, especificamente, se propõe dois objetivos, de acordo com seu prefaciador, o Coronel Flávio Souto:

O primeiro foi o fortalecimento da convicção de que os “anos de chumbo” foram, na realidade, “anos de ouro” do ‘milagre brasileiro’, de que o Presidente Emílio Médici (...) foi o incontestado condutor. Um desagravo ao homem e ao estadista, que elevou o Brasil à condição de oitava economia do mundo (...) O segundo objetivo foi desmistificar os relatos mentirosos em que guerrilheiros, assaltantes e terroristas são apresentados como vítimas da “cruel repressão” (2011, p.15).

Para alcançar seus objetivos, a narrativa do General Del Nero contrasta obras e números do Milagre com o quadro de avanço da guerrilha urbana no Brasil para demonstrar como, à medida que o projeto político e econômico do governo ia se consolidando, a repressão vencia eficaz e quase definitivamente, o terrorismo e a subversão. De fato, quando se encerrou o governo Médici, os grupos que aderiram à luta armada estavam praticamente derrotados, à exceção da guerrilha do PCdoB no Araguaia.

Uma segunda edição do livro do General Del Nero foi lançada em fins de março de 2012, em plenas lembranças dos 48 anos do golpe de 1964, em um momento crucial, quando as disputas políticas e de memória ganharam particular centralidade no cenário nacional. O lançamento, realizado em uma série de cidades do Brasil, como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Bagé, RS, terra natal do ex-Presidente, estabelecia mais uma tentativa por parte dos militares, de marcar posição contra a instalação da Comissão da Verdade, então prevista para maio. De outro lado, e em oposição, cresciam também, país afora, os movimentos contra as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura e a favor da instalação da Comissão da Verdade.

Naquele momento específico, as polarizações entre os anos de chumbo e os anos de ouro da ditadura se colocavam com grande intensidade, mobilizando a sociedade. Os grupos ligados à defesa da Comissão da Verdade reforçavam – e reforçam ainda – a memória dos anos de chumbo, que de fato ganhou a sociedade a partir do processo de redemocratização. Já os militares, isolados, defendem Médici e os anos de ouro da ditadura - ou segundo eles, da revolução democrática. Para tanto, evocam os impressionantes índices do Milagre e a eficiente repressão aos “inimigos do regime”.

Nesse sentido, a defesa de Médici e dos anos de ouro do Milagre expressam uma tentativa de defesa e justificativa de toda a ditadura, especialmente do período mais duro da repressão. No relato do General Del Nero e, de um modo geral, nas memórias de seus cada vez mais raros defensores, Médici aparece como injustiçado, um grande estadista ao qual a sociedade não soube reconhecer o valor. Por isso, o General propõe – sem abrir mão de uma concepção a respeito da necessidade da repressão, ao mesmo tempo em que nega a anuência de Médici com a tortura (2011, p.161) – contar o que seria a verdadeira história por trás do homem que passou a ser considerado o maior carrasco da ditadura e, finalmente, fazer-lhe justiça. A ele e ao regime, de modo geral.

Anos de chumbo ou anos de ouro? A falsa oposição colocada logo nas primeiras páginas do livro do General Del Nero precisa ser revisitada e analisada com cuidado. Mesmo porque, a memória coletiva sobre os anos Médici está, fatalmente baseada nesta polarização, ao fim, redutora da realidade. Ambas as metáforas são, portanto, representativas dos pólos extremamente simplificadores entre os quais se estrutura a memória social sobre a ditadura. Para as esquerdas, vencedoras atuais das batalhas de memória, anos de chumbo. Para os militares e alguns civis que arriscam sua defesa, anos de ouro.

No entanto, é preciso ir além, superar as polarizações e compreender que a realidade social de então foi sempre mais complexa do que sugerem as metáforas. Os anos de ouro do Milagre precisam de fato ser recuperados se quisermos compreender a dimensão social da ditadura, sua permanência por longos anos e a sobrevivência de uma cultura política e de práticas autoritárias no país. Além disso, refletir sobre os frenéticos anos 1970 a partir do viés dos entusiasmos que a ditadura suscitou, pode ser muito produtivo, um necessário contraponto a uma memória dos anos de chumbo que silencia sobre a complexidade do pacto social sob a ditadura.

Não obstante, é preciso para tanto, ultrapassar as batalhas de memória. Não se trata de substituir os anos de chumbo pelos anos de ouro, como se propõe o relato do General Del Nero e outros relatos da caserna ou vice-versa, como propõe as narrativas de esquerda que, afinal, ganharam a sociedade. Dessas formas, as metáforas parecem igualmente redutoras e servem para manter e nutrir ressentimentos, surdos monólogos, negando-se a reflexão de que a sociedade precisa para, de fato, compreender e, então, estar em condições de superar o passado.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)**. São Paulo: EDUSC, 2004;

ALONSO, Gustavo. **Cowboys do asfalto. Música sertaneja e modernização brasileira.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2011;

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **Médici, a verdadeira história.** Belo Horizonte: Artes Gráficas Formato, 2011;

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2012;

_____. **Direitas em movimento.** A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009;

_____. “Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici”. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 22, no43, p. 85-104, 2009;

D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.) **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997;

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs.). **Visões do golpe. A memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994;

_____. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994;

FONTOURA, Carlos Alberto da. **Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993).** Rio de Janeiro, CPDOC, 2005;

MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar no depoimento de militantes e militares”. In: **Varia História,** Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002;

MÉDICI, Roberto Nogueira. **Médici, o depoimento.** Rio de Janeiro: Mauad, 1995;

MOREIRA, Fernanda Teixeira. **Só os vitoriosos esqueceram. Intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFRRJ. Seropédica, 2013;

RODRIGUES, Nelson. **O reacionário: memórias e confissões.** Rio de Janeiro: Agir, 2008;

ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos: EdUFSCar, 2006;

ROUSSO, Henry. “Le statut de l’oubli. In: BARRET-DUCROCQ, François (dir.). **Pourquoi se souvenir?** Paris: Bernard Grasset, 1999;

SCARTEZINI, A.C. **Segredos de Médici.** São Paulo: Marco Zero, 1985;

SOARES, Gláucio Ary Dillon, D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Notas

[i] Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora do livro *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil* (FGV, 2009). As reflexões esboçadas neste artigo são parte de uma pesquisa de maior amplitude, desenvolvida no âmbito de meu Pós-Doutorado Júnior a respeito da memória coletiva sobre o governo Médici, que desenvolvo com apoio do CNPq, vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos da UFF.

[ii] General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Intelligence note, October 8, 1969. “Brazil: General Médici chosen to replace President Costa e Silva”.

[iii] General Records of the Department of State. Central Foreign Policy Files, Brazil, 1967-1969. Political and Defense. Biographic notes on General of the Army Emílio Garrastazu Médici, Presidente elect of Brazil. October, 1969.

[iv] 63% dos entrevistados consideraram seu governo “ótimo”, enquanto 27% o classificou como “bom”, somando, portanto, um índice de aprovação de 90%. Cf: Arquivo Edgar Leuenroth. Fundo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Pesquisa de Opinião Pública realizada por solicitação do deputado Adhemar de Barros Filho. Agosto, 1972, p.7.

[v] A expressão foi utilizada pelo Coronel Flávio Acauan Souto, no prefácio que escreveu para o livro Médici, a verdadeira história, do General de Divisão Agnaldo Del Nero Augusto, publicado em 2011.

[vi] É importante observar, no entanto, que a convocação para ruptura do silêncio é feita e recebida com ressalvas. Conquanto muitos militares estiveram e estejam dispostos a falar, o silêncio é ainda o comportamento predominante na corporação, como os recentes debates envolvendo a criação e os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade indicam.